

## CAPÍTULO 1

---

### O APAGAMENTO DAS MULHERES NEGRAS DENTRO DO MOVIMENTO DE MULHERES

Neste capítulo, refletimos acerca do movimento de mulheres em sua diversidade, observando sua trajetória à semelhança da própria história do ser humano, que é marcada por particularidades, portanto, reconhecendo que ela é costurada de maneira distinta e por diferentes grupos de mulheres, e que embora possam compartilhar uma matriz comum – a dominação masculina, possuem necessidades diversas. Busquei apresentar uma discussão sobre o que chamo de *Questionar o Movimento de Mulheres em Ondas* a partir da contribuição das mulheres negras.

Parto do pressuposto de que o feminismo é tomado de forma universal, disseminado como sendo a própria história dos movimentos das mulheres no Brasil e no resto do mundo, o que é um erro, uma vez que toda ela consiste em ser um aglomerado de pequenas vivências, portanto, sendo ele apenas um segmento. Apresento, principalmente, as contribuições de pensadoras negras afro-americanas, ou como dito por Lélia Gonzalez<sup>5</sup>, as contribuições de um feminismo *afro-latino-americano*<sup>6</sup>. Isso se deu porque as reflexões trazidas por elas acabaram por facilitar a discussão dessa visão sobre o que é feminismo disseminado, quem o compõe e o que busca. Além disso, enfatiza-se que essas autoras compreendem esses movimentos a partir da simbiose entre ativismo e reflexão teórica, mas não necessariamente limitados à produção acadêmica.

---

<sup>5</sup> Lélia Gonzalez foi uma intelectual, autora, política, professora, filósofa e antropóloga brasileira. Pioneira nos estudos sobre Cultura Negra no Brasil e co-fundadora do Instituto de Pesquisas das Culturas Negras do Rio de Janeiro (IPCN-RJ), do Movimento Negro Unificado (MNU) e do Olodum. Seu trabalho envolve a luta contra o racismo estrutural, a desigualdade de gênero vinculada à raça (ênfase do feminismo negro) e o conceito de democracia racial, que supostamente caracterizaria o Brasil. A autora também é conhecida por ter desenvolvido os conceitos de *amefricanidade* e *pretuguês*.

Recomenda-se para uma maior aproximação com os textos da autora a obra: RIOS, Flávia; LIMA, Márcia. Por um feminismo afro-latino-americano – ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

<sup>6</sup> É um termo utilizado pela Lélia Gonzalez em seu artigo Por um feminismo afro-latino-americano, em que reflete sobre as formas de dominação e resistência das mulheres negras e indígenas na região da América Latina. Esse texto pode ser encontrado no: GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. Pensamento feminista hoje – perspectivas decoloniais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p. 38-51

Assim, procuro refletir sobre a homogeneização do feminismo. O que se busca neste capítulo, portanto, é evidenciar que embora as mulheres se organizem em movimentos, compartilhem questões comuns às suas realidades, é necessário saber que essas são vivenciadas de formas distintas justamente pela interferência de questões como raça e classe.

Compartilho do pensamento de Patricia Hill Collins<sup>7</sup> (2019) quando a autora aponta que as intelectuais negras são o âmago para o pensamento feminista negro, justamente por suas vivências lhes proporcionarem uma visão única sobre a realidade e as condições que as cercam, tais como as opressões e violações. Gonzalez (2020, p.46) ao refletir sobre a situação das *amefricanas* e *ameríndias*<sup>8</sup> ressalta que as “profundas desigualdades raciais existentes no continente, se inscreve, e muito bem articulada, a desigualdade sexual”, em outras palavras, dadas a essas condições é que são as mulheres mais exploradas no continente americano.

O capítulo discute ainda sobre como as redes sociais digitais têm impactado na trajetória dos movimentos de mulheres na atualidade, principalmente enquanto espaço de visibilidade e possibilidades a grupos de mulheres historicamente silenciados pelo próprio feminismo. Reconhece-se que esse não é um espaço democrático e nem tampouco que permita o exercício de discussões profundas, mas tem sido cada vez mais utilizado e de certa forma, tem cumprido um importante papel de aproximação entre mulheres.

Para melhor desenvolvimento dos objetivos propostos, neste capítulo convido a perpassar pela história das mulheres, onde apresento as contribuições e anseios das mulheres negras que pensavam para além da questão de raça, classe e gênero de maneira isolada e se de maneira interseccional, e, partir disso, buscam contribuir de maneira específica para a melhoria das condições de suas vidas, e de maneira geral para o reconhecimento de uma sociedade plural.

## 1.1 O movimento de mulheres em ondas

---

<sup>7</sup> A notoriedade de Patricia Hill Collins no contexto norte americano se deu a partir do seu livro *Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness and the Politics of Empowerment*, publicado originalmente em 1990 e que no Brasil foi publicado com o título *Pensamento Feminista Negro – Conhecimento, Consciência e a Política do Empoderamento*, em 2019.

<sup>8</sup> Ameríndias e Amefricanas são conceitos utilizados por Lélia Gonzalez para se referir as mulheres não brancas do continente americano. Para melhor compreensão, recomenda-se o texto *Por um feminismo afro-latino-americano*, já citado anteriormente, e que pode ser encontrado em: GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. *Pensamento feminista hoje – perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p. 38-51

No que se refere ao estudo da história do feminismo no Brasil, Céli Regina Jardim Pinto<sup>9</sup> (2003) tem sido uma referência:

Desde suas primeiras manifestações, ainda no século XIX o movimento foi muito particular, pois desafiou ao mesmo tempo a ordem conservadora que excluía a mulher do mundo público – portanto, dos direitos como cidadã e também as propostas revolucionárias, que viam na luta das mulheres um desvio da pugna do proletariado por sua libertação.

Também é uma tarefa peculiar escrever sobre o movimento pela forma como se organizou: tem sido por natureza um movimento fragmentado, com múltiplas manifestações, objetivos e pretensões diversas. Sua história, desde os primeiros momentos, mas principalmente após os anos 1960, quando de sua grande vaga, foi pautada por esta multiplicidade, em que os momentos unitários foram efêmeros e com objetivos específicos (PINTO, 2003, p.9).

Reconhece-se o papel de Pinto (2003) em traçar uma fisionomia do feminismo no Brasil por meio da obra “Uma história do feminismo no Brasil”<sup>10</sup>, Contudo, apesar do trecho acima enfatizar que a autora reconhece a multiplicidade que existe dentro do feminismo e da intenção em respeitar isso, o que se percebe com a sua obra *Uma história do feminismo no Brasil*, é a compreensão de um feminismo pautado em uma concepção universal, a historicização do feminismo em períodos, isto é, em ondas, descrito através das lutas e pautas.

Nessa perspectiva, Pinto (2003) compreende a construção desse movimento social por meio de duas vertentes: primeiramente, pela história do feminismo, ou seja, através da ação, do ativismo do movimento feminista; e secundamente, pela produção teórica do pensamento feminista nas áreas da História, das Ciências Sociais, da Crítica Literária e da Psicanálise. Não obstante, ressalta-se que o engajamento com a prática feminista construiu a história das mulheres antes mesmo que os estudiosos a fizessem, pois, tão somente nos anos de 1970 é que se abrem nas universidades, espaços para grupos de pesquisas e discussão (PERROT, 2001) em que se incitam e se exercem o pensamento feminista e desenvolvem-se teorias.

A despeito disto, a autora traça o quadro brasileiro à semelhança da concepção europeia e norte-americana que define o feminismo a partir de três momentos de grande movimentação e articulação feminista não restritos a um único espaço geográfico, ou seja, as três ondas feministas. Compreende que a primeira dessas ondas no Brasil se deu na virada do século XIX

---

<sup>9</sup> Céli Regina Jardim Pinto atualmente é professora Titular aposentada da Universidade Federal do Rio Grande do Sul atuando como docente permanente no Programa de Pós Graduação em História desta mesma universidade.

<sup>10</sup> Recomenda-se a leitura do Resumo de Clarícia Otto para uma melhor compreensão da obra: OTTO, Clarícia. O feminismo no Brasil: suas múltiplas faces. PINTO, Céli Regina Pinto. Uma história do feminismo no Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 12(2): 237-253, maio-agosto/2004. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X200400020001>. Acesso em: 02 de fev de 2023.

para o século XX até 1932, que culminou com a conquista do voto feminino. Segundo a autora, nessa fase duas tendências são identificáveis: o feminismo “*bem-comportado*”, sob a liderança de Bertha Lutz<sup>11</sup>, constituiu-se em um movimento organizado; e o feminismo “malcomportado”, composto por um grupo mais heterogêneo, de mulheres intelectualizadas, líderes operárias e que escreviam em jornais.

Ainda segundo a autora, a segunda onda do feminismo compreende ao período de efervescência política e cultural que eclodiu nos Estados Unidos e na Europa nas décadas de 1960 e 1970. Principalmente, sob a influência teórica da obra *O Segundo Sexo*, da filósofa Simone de Beauvoir. Nesse contexto, as mulheres buscavam explicações sociais e históricas acerca da condição de subordinação a qual estavam destinadas na sociedade, a exemplo, da condição feminina na reprodução. De modo que, a preocupação nesse âmbito orbitava na mudança de mentalidade e na mudança das práticas sociais, em suas esferas privada e pública. Em outras palavras, a teoria feminista buscava ressignificar o *ser mulher*, centralizando o debate na compreensão da mulher enquanto um ser social, e não a compreendendo mais enquanto ser biológico. E que no caso brasileiro ainda era contextualizado por uma ditadura militar, tinha ainda a particularidade de que muitos movimentos de mulheres que surgiram na época não terem em sua gênese a concepção feminista, como é o caso do movimento pela anistia, contra a carestia e os clubes de mães.

Nesse sentido, em que pese a importância desta concepção acerca da mulher, verifica-se a hegemonia de uma teoria feminista pautada na experiência universal feminina, de mulheres brancas, de classe média e *heteronormativa*. Portanto, essa teoria feminista construída no seio acadêmico ignorava a pluralidade existente, e pautava-se em umas “supostas universalidade e unidade do sujeito do feminismo” (BUTLER, 2016, p. 23). Por essa razão é que mulheres negras, ao não se sentirem contempladas por essa análise, passam a intervir de maneira crítica na produção do pensamento feminista. Neste sentido, contribuem para a construção de uma teoria feminista mais contemplativa, na medida que desconstruem a categoria mulher universal (HOOKS, 2017). Dessa forma, propõem um debate para além da questão sexista, que abarque

---

<sup>11</sup> Bertha Lutz é conhecida como a maior líder na luta pelos direitos políticos das mulheres brasileiras. No ano de 1975, Ano Internacional da Mulher, estabelecido pela ONU, Bertha foi convidada pelo governo brasileiro a integrar a delegação do país no primeiro Congresso Internacional da Mulher, realizado na capital do México. Foi seu último ato público em defesa da condição feminina. Bertha Lutz faleceu no Rio de Janeiro em 16 de setembro de 1976, aos 84 anos.  
Fonte: BRASIL. Senado Federal. Agência Senado, 2015. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/entenda-o-assunto/bertha-lutz>. Acesso em: 02 de fev de 2023.

raça, classe e gênero. Essa mudança decorre principalmente de movimentos feministas negros que combatem a invisibilidade histórica e narrativa dessas mulheres. Nesse cenário, vale destacar o papel do *Black Feminism*, movimento do final da década de 1970 nos EUA, que lutava contra o sexismo, a opressão de classe e racismo, em que se destacam figuras como Angela Yvonne Davis<sup>12</sup>, e bell hooks<sup>13</sup>, hoje ainda nomes de relevância no que se refere aos feminismos negro. No cenário brasileiro, Lélia Gonzalez desempenha importante e precursora contribuição à teoria feminista, ao contemplar em suas análises a questão da raça, e do caráter plural do feminismo negro.

Nessa esteira, é que surge a terceira onda feminista. A crítica realizada pelas feministas negras à teoria feminista amplia a percepção de que as mulheres são plurais, isto é, são de diversas etnias, origens culturais, raça, dentre outras. Vale mencionar que essa mudança no pensamento feminista ocorre por meio de uma interpretação pós-estruturalista acerca do conceito de gênero e da sexualidade e tem início na década de 1990; discute determinados paradigmas adotados nas ondas anteriores e inclui no debate de gênero o debate da pluralidade de identidades, ao tecer sobre a *performatividade* do gênero. Contribui para uma nova perspectiva teórica do feminismo, na medida que insere questões próprias de outros grupos que outrora foram excluídos da discussão feminista.

Destacam-se dentre as teóricas dessa onda, a historiadora estadunidense Joan Wallach Scott<sup>14</sup>, que influenciada por Michel Foucault, entende gênero como uma categoria de análise,

---

<sup>12</sup> Angela Yvonne Davis é uma professora e filósofa estadunidense que alcançou notoriedade mundial na década de 1970 como integrante do Partido Comunista dos Estados Unidos, dos Panteras Negras, por sua militância pelos direitos das mulheres e contra a discriminação social e racial nos Estados Unidos, referência entre os marxistas e por ser personagem de um dos mais polêmicos e famosos julgamentos criminais da recente história dos EUA. Davis dedicou-se ao ativismo, especialmente à luta pelo abolicionismo penal – um movimento teórico e social de reflexão e atuação política que visa o fim do aprisionamento como mecanismo primordial de punição. Em 1994, a filósofa retornou à UCLA como professora especialista nos estudos de raça e gênero, filosofia, teoria crítica, abolicionismo penal e feminismo negro. Atualmente é professora emérita da Universidade da Califórnia. Fonte: RODRIGUES, Thais; FERREIRA, Laíssa. Angela. *Blogs de Ciência da Universidade Estadual de Campinas: Mulheres na Filosofia*, V. 7, N. 2, 2021, p. 1-12. Disponível em: <https://www.blogs.unicamp.br/mulheresnafilosofia/angela-davis/>. Acesso em: 02 de fev de 2023.

<sup>13</sup> bell hooks é o pseudônimo de Gloria Jean Watkins, falecida em 2021, foi uma autora, professora, teórica feminista, artista e ativista antirracista estadunidense. Suas obras são referências para adensarmos nossa compreensão de como as dinâmicas de raça, classe e gênero se exprimem nas práticas culturais, acadêmicas, subjetivas e cotidianas.

Fonte: ALMEIDA, Mariléa de. *Blogs de Ciência da Universidade Estadual de Campinas: Mulheres na Filosofia*, V. 7, N. 2, 2021, p. 21-33. Disponível em: <https://www.blogs.unicamp.br/mulheresnafilosofia/bell-hooks/>. Acesso em: 02 de fev de 2023.

<sup>14</sup> Joan Wallach Scott é uma historiadora norte-americana, cujo trabalho, inicialmente dedicado à história francesa (movimento operário e história intelectual) foi direcionado na década de 1980 para a história das mulheres a partir da perspectiva de gênero. Dentre suas publicações mais notáveis está o artigo *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*, publicado em 1986 no *American Historical Review*. Este artigo foi essencial na formação de um campo de história de gênero dentro dos estudos históricos anglo-americanos, assim como é referência teórica importante no estabelecimento dos estudos de gênero no Brasil.

uma vez que este estaria imbricado a relações de poder, “o uso do gênero coloca a ênfase sobre todo o sistema de relações que pode incluir o sexo” (SCOTT, 1990, p.7); Kimberlé Williams Crenshaw<sup>15</sup>, com o conceito de *interseccionalidade*, em que os sistemas e estruturas de opressão ou dominação relacionam-se de maneira imbricada, no que tange à raça e ao sexo; e a filósofa estadunidense Judith Butler<sup>16</sup>, que critica a universalidade da identidade feminina adotada até então, visto que “as alegações universalistas são baseadas em um ponto de vista epistemológico comum ou compartilhado” (BUTLER, 2016, p. 38).

Butler (2016), uma das pioneiras da teoria *queer*, entende que esse discurso universal empregado, a relação binária entre homens e mulheres é excludente, uma vez que gênero, sexo e sexualidade são construídos em correspondência da *heteronormatividade*. Nesse sentido, defende que gênero seja performativo, fluido, e não binário:

Quando o *status* construído do gênero é teorizado como radicalmente independente do sexo, o próprio gênero se torna um artifício flutuante, com a consequência de que *homem* e *masculino* podem, com igual facilidade, significar tanto um corpo feminino como um masculino, e *mulher* e *feminino*, tanto um corpo masculino como um feminino (BUTLER, 2016, p. 26, destaques da própria autora).

Essa percepção é a base que permite ampliar a análise das identidades plurais, já que a identidade de gênero é performática, por que não tratar de categorias como a de mulheres *cisgêneros*, mulheres lésbicas, transgêneros, dentre outras. Portanto, o marco desta terceira onda é a desconstrução de conceitos como o de gênero e o de identidade de gênero, pautados na heterossexualidade, “esse deslocamento perpétuo constitui uma fluidez de identidades que sugere uma abertura à ressignificação e à recontextualização” (BUTLER, 2016, p. 222). Butler (2016), na obra *Problemas de gênero, feminismo e subversão da identidade*, questiona a binaridade dos gêneros, entendendo-a enquanto fruto da sociedade patriarcal.

---

Fonte: JOAN SCOTT. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2022. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Joan\\_Scott](https://pt.wikipedia.org/wiki/Joan_Scott). Acesso em: 02 de fev de 2023.

<sup>15</sup> Kimberlé Williams Crenshaw é uma das principais estudiosas da teoria crítica da raça. É conhecida pela introdução e desenvolvimento da teoria interseccional, o estudo de como identidades sociais sobrepostas ou interseccionadas, particularmente identidades minoritárias, se relacionam com sistemas e estruturas de opressão, dominação ou discriminação.

Fonte: KIMBERLÉ WILLIAMS CRENSHAW. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2022. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Especial:Citar&page=Kimberl%C3%A9\\_Williams\\_Crenshaw&id=64262752&wpFormIdentifier=titleform](https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Especial:Citar&page=Kimberl%C3%A9_Williams_Crenshaw&id=64262752&wpFormIdentifier=titleform). Acesso em: 02 de fev de 2023.

<sup>16</sup> Judith Butler é uma filósofa pós-estruturalista estadunidense, uma das principais teóricas contemporâneas do feminismo e teoria *queer*. Fonte: RODRIGUES, Carla. *Blogs de Ciência da Universidade Estadual de Campinas: Mulheres na Filosofia*, V. 6 N. 3, 2020, p. 99-113. Disponível em: <https://www.blogs.unicamp.br/mulheresnafilosofia/judith-butler/>. Acesso em: 02 de fev de 2023.

Pinto (2003, p. 91), compreende esse período demarcado como terceira onda como um momento de virada para o feminismo, quando o movimento dirige-se para dois cenários: “o primeiro, refere-se à dissociação entre pensamento feminista e movimento; o segundo, à profissionalização do movimento por meio do aparecimento de grande número de ONGs voltadas para a questão das mulheres”.

Nesse sentido, diversas são as autoras e autores, militantes ou mesmo pessoas “supostamente” alheias à esses movimentos que buscam definir qual seria a gênese, o seu motor pulsante. Embora se saiba que, assim como ocorre com a ciência de maneira geral, em que há um conhecimento dito hegemônico, da forma como a história foi escrita e propagada a partir de um determinado grupo de mulheres, isso contribuiu para a ideia de um movimento universal.

Essa reflexão é necessária, posto que trata-se de um processo que é inacabado, com lutas, retrocessos e diferente em cada contexto e configuração social. Isto significa que, devendo ser considerado para além da concepção periódica, posto que é uma construção que invisibilizou/inviabiliza muitos grupos de mulheres. A história de luta das mulheres na realidade são histórias, não se reduzem a uma primeira reivindicação em torno de sufrágio universal e acesso à educação, muito menos aos direitos reprodutivos. É preciso que se considere que os objetivos e o local de partida dessas demandas eram distintos.

Comumente tem sido compreendido que a origem dos movimentos de mulheres está assentada no combate ao patriarcado e à dominação masculina, assim como, da luta pelo reconhecimento de direitos entre mulheres e homens, como os direitos reprodutivos e políticos; são imensuráveis os exemplos na literatura sobre o assunto, que assumem e partem deste entendimento. Contudo, essa visão hegemônica escamoteia outras questões ou mesmo desconsidera a forma como ela atravessa a pluralidade existente entre as mulheres.

Nessa perspectiva, assumir essa universalidade nos movimentos de mulheres é restringi-lo a uma visão androcêntrica do mundo – do homem como centro do universo, em torno de igualdade e liberdade de gênero, o que contribui para desconsiderar marcadores sociais como raça e classe, essenciais para o entendimento de sociedades tão desiguais e plurais e que atravessam as mulheres de distintas maneiras, como é o caso da brasileira. Sobre isso, bell hooks (2019, p. 76) compreende que essa concepção mascara a fidelidade de algumas mulheres “às classes dominantes dentro do patriarcado capitalista de supremacia branca”. Portanto, resumí-los à necessidade de uma luta por igualdade e liberdade para as mulheres brancas apenas reflete que nem todos os grupos serão “representados” em suas reais demandas, exemplo disto é no

tocante ao trabalho, enquanto determinadas mulheres outrora se mobilizaram a alçarem, quando que para as mulheres negras e ameríndias essa já consistia em uma realidade.

Segundo Heleieth Iara Bongiovani Saffioti<sup>17</sup>(2011), esses mecanismos que possibilitam a naturalização da exploração-dominação masculina uma vez que, esta é “produto de um trabalho incessante (e, como tal, histórico) de reprodução” (BOURDIEU, 2019, p. 63) que introduz “uma dissimetria estrutural que é, simultaneamente, o efeito e o alicerce da dominação” (APFELBAUM, 2009, p. 76).

É nessa perspectiva, de dominação masculina, que o feminismo se insurge enquanto movimento social. Porém, reduzir a luta feminista a “uma questão de mulheres em busca de serem iguais aos homens” (HOOKS, 2019, p. 17), não a compreendem em sua totalidade, e, nem tão pouco, em sua pluralidade. Até mesmo porque, embora não seja refletida na prática, a igualdade entre homens e mulheres é uma realidade positivada em quase todos os países. Nessa conjuntura, o feminismo, ao buscar combater a dominação masculina e o sexismo, se mobiliza, ao mesmo tempo que debate e pensa sobre políticas que viabilizem mudanças nesta perspectiva. Assim sendo, o feminismo consiste em um movimento social, político e filosófico, voltado para “acabar com a opressão sexista” (HOKS, 2019, p. 24). Seguindo essa linha de pensamento, Carla Cristina Garcia<sup>18</sup> (2011) o define

como a tomada de consciência das mulheres como coletivo humano, da opressão, dominação e exploração de que foram e são objeto por parte do coletivo de homens no seio do patriarcado sob suas diferentes fases históricas, que as move em busca da liberdade de seu sexo e de todas as transformações da sociedade para este fim (GARCIA, 2011, p. 13).

De modo que, ao se traçar a história do feminismo enquanto movimento social, considera-se comumente, desde as manifestações iniciadas no século XIX pelo direito ao sufrágio e ao acesso à educação, até ao feminismo contemporâneo. Essa trajetória é compreendida em ondas e segue uma ordem cronológica, dentro de determinado contexto

---

<sup>17</sup> Heleieth Iara Bongiovani Saffioti foi uma socióloga marxista, professora, estudiosa da violência de gênero e militante feminista brasileira. O livro *A mulher na sociedade de classes. Mito e realidade, em 1969*, fruto de sua tese de doutorado, é considerado no Brasil como pioneiro na temática feminista. A mulher, até então, à margem dos estudos da sociologia, além de outras disciplinas afins, é trazida para o centro, a partir do enfoque da teoria marxiana. Muitas outras publicações surgiram após este livro/embrião.

Fonte: SILVA, Maria Aparecida de Moraes. Uma trajetória não linear e não convencional. Sociedade brasileira de sociologia. Disponível em: <https://sbsociologia.com.br/project/heleieth-ilara-bongiovani-saffioti/>. Acesso em: 02 de fev de 2023.

<sup>18</sup> Carla Cristina Garcia é mestre e Doutora em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e pós-doutorada pelo Instituto José Maria Mora (México, DF). Concentra seus estudos em gênero, mulheres, condição social, relações sociais e políticas sociais.

Fonte: Carla Cristina Garcia. Biblioteca virtual da Fapesp. Disponível em: <https://bv.fapesp.br/pt/pesquisador/87157/carla-cristina-garcia>. Acesso em: 02 de fev de 2023.

histórico e de determinadas reivindicações sociais. Contudo, vale ressaltar que não existe um movimento feminista uniforme, vez que se destaca o seu caráter plural.

Com o decorrer dos anos as mulheres desenvolveram várias lutas para conquistar direitos e igualdade de gênero, isso é fato. Lutaram pelos direitos trabalhistas, pelo direito ao voto e contra as opressões dentro do ambiente familiar contra violências. Articularam-se para combater o sistema estrutural que oprimia e dominava seus corpos com o intuito de mantê-las como mulheres sujeitas apenas na esfera privada, dentro de casa para cuidar dos filhos e dos afazeres domésticos, inviabilizando suas vidas políticas e o trabalho fora do lar, de modo a reforçar o imaginário da mulher enquanto ser submisso fora e dentro do âmbito doméstico. De certa forma, a essas mulheres foi lançado um prazo de validade, inclusive com a pressão de gestar.

Nesse contexto, vários movimentos de mulheres lutaram/lutam para corrigir as desigualdades sociais, inclusive entre elas próprias. E mesmo que muitas vezes determinados grupos não tenham tido protagonismo ou mesmo visibilidade, estes não se recolheram e são essenciais na construção de uma sociedade plural, ou melhor, na compreensão de uma sociedade plural, afinal é sobre isso também que esses movimentos tratam. É nestes grupos que as principais discussões atuais têm sido focadas.

## **1. 2 As redes sociais digitais como espaço de possibilidades para a atuação das mulheres**

No recente contexto do feminismo, a interação das mulheres com as redes sociais digitais tem marcado importantes transformações ao movimento. Com a internet cada vez mais inserida no cotidiano das pessoas, bem como pelo aumento do uso das tecnologias de informação e das mídias sociais virtuais, a estrutura das mobilizações sociais tem ganhado um novo contorno, bem mais abertas para articulações diversas, sejam elas locais ou globais (SCHERER-WARREN, 2006). Principalmente, por criarem um espaço que possibilita “escapar da dicotomia de gênero e das fronteiras do corpo físico” (CERQUEIRA; RIBEIRO; CABECINHAS; 2009, p. 114).

Essa mudança tem reverberado em movimentos como é o caso do feminismo. Sobretudo, a partir do final do século XX para o XXI, que se notou uma forte atuação de feministas jovens, muitas delas engajadas nas mídias sociais como o *Facebook*, *Twitter*, *Instagram*, *YouTube* e *blogs*.

Dentre as possibilidades que as redes sociais trazem à atuação das mulheres é a mudança na perspectiva organizacional do feminismo. Permitir um fluxo maior e mais rápido de dados, proporcionam uma interação mais dinâmica entre as pessoas e os grupos, bem como a construção, a divulgação de ideias e de manifestações que posteriormente ganham as ruas, e, portanto, contribuem para a divulgação do pensamento e do próprio movimento, o que pode-se denominar de massificação e visibilidade.

Nesse cenário, a visibilidade ocorre principalmente por meio do uso de *hashtags*, que têm se tornado um instrumento importante para o maior alcance de pautas e manifestações, inclusive, capaz de estabelecer uma linha de empatia denominada de *sororidade e dororidade*, ao unir mulheres por todo o mundo por meio de indignação e ao dividirem experiências e relatos entre si, e que se manifestou por meio da ruptura com as delimitações geográficas entre real e virtual. Lembra-se que as *hashtags*, antes usadas principalmente por campanhas publicitárias, tornaram-se grandes aliadas nesses tipos de manifestações (PAULINO; PAULINO, 2019) e como ressalta Costa (2019), constitui-se em uma ferramenta política para os movimentos feministas, além de contribuir para que suas demandas recebam a atenção da grande imprensa.

Muitas mobilizações têm sido realizadas, como a Marcha das vadias, as campanhas *#ChegadeFiuFiu*, *#MeuPrimeiroAssédio*, *#MeToo* e *#elenão*. O movimento conhecido por Marcha das Vadias surgiu no Canadá e posteriormente se espalhou para outros países, inclusive o Brasil. Este se deu em resposta à maneira como diversos casos de abusos sexuais foram tratados pelas autoridades policiais canadenses, que rapidamente se espalhou para todo o mundo e reascendeu a discussão em torno da liberdade feminina em relação aos seus corpos, e da violência e abuso sexual sofridos pelas mulheres. Ainda que se tratasse de determinado grupo de mulheres, essa mobilização representou um marco para os movimentos feministas contemporâneos, pois se organizou a partir do *facebook* e por meio desta rede se tornou viral, isto é, deu início a uma onda de movimentos autonomistas e mais horizontais.

Destarte, a referida marcha abriu caminho para outras manifestações que se tornaram virais. No cenário brasileiro, onde mais de 80% dos domicílios possuem acesso à internet, não é difícil compreender que a população veja nesses meios sociais digitais também um meio para se manifestarem. Desse modo, as mulheres veem o grande potencial que essas mídias possuem, endossando campanhas como *#ChegadeFiuFiu*, lançada em 2013 contra o assédio sexual em espaços públicos e *#MeuPrimeiroAssédio*, que levou milhares de mulheres a compartilharem histórias sobre seus primeiros assédios, em 2015, período conhecido como o *boom* feminista. No Brasil, a Marcha das Margaridas, reuniu cerca de 20 mil agricultoras, quilombolas,

indígenas, pescadoras e extrativistas em torno da luta contra a fome, a pobreza, a violência sexista e em defesa do desenvolvimento sustentável, da justiça social e da democracia.

Esse tipo de manifestação mostrou sua força em 2018, durante as eleições presidenciais brasileiras com o movimento *#elenão* que surgiu em desfavor do então candidato a presidente da República, Jair Bolsonaro. Iniciado no *facebook* e encabeçado por mulheres, rapidamente ultrapassou essa mídia social, encabeçado por mulheres, logo ganhou apoiadores que saíram às ruas e contribuíram para a disputa de um segundo turno. Inclusive esse movimento ressurgiu e somou-se a outros nas eleições presidenciais de 2022, contribuiu para que Bolsonaro perdesse para Luiz Inácio Lula da Silva.

Nessa perspectiva, muito embora seja minoria, existe na literatura quem defenda e classifique esse contexto como uma nova onda do feminismo. É possível encontrar alguns trabalhos no que tange à essa relação entre feminismo e redes sociais, ou seja, a construção do que denominam de quarta onda, marcada sobretudo por uma mobilização digital, plural e interseccional. Com destaque para inúmeros artigos em periódicos, para livros como *Feminismo 4.0. La cuarta ola da espanhola Nuria Varela e Feminismo na atualidade; a formação da quarta onda por Jacilene Maria Silva, onde ela delinea de forma breve o caminho percorrido pelo feminismo contemporâneo (PEREZ; RICOLDI, 2018).*

Nesse sentido, pautas antigas somaram-se a atuais necessidades das mulheres; como a luta por direitos mínimos de cidadania, o acesso à educação, ao saneamento, ao aborto seguro, ao divórcio, a luta contra a exploração, a violência física e psicológica, o *feminicídio*, a discriminação no trabalho, as jornadas duplas ou triplas, e mesmo questões do assédio (na rua, no trabalho, no transporte público, nos espaços de lazer), da misoginia, das agressões sexuais e dos estupros apareceram como motor de várias manifestações virtuais; assim, como o protagonismo de grupos pouco ouvidos em espaços tradicionais, como é o caso das mulheres negras, que através do ativismo digital tem fomentado debates importantes sobre suas particularidades e essenciais para a construção de uma sociedade com respeito à diversidade. Muitas, inclusive, têm alcançado espaços institucionais e esferas políticas a partir dessa relação contemporânea de mobilização entre redes sociais digitais e rua.

### **1. 3 O silenciamento das vivências e das contribuições teóricas das mulheres negras no feminismo**

É indiscutível o papel e as contribuições do feminismo nas conquistas das mulheres, sobretudo por propor discussões sobre a sexualidade, direitos reprodutivos, violência, opressão, dominação/subordinação. E no que se refere à isso, Gonzalez (2020) ao se voltar para o contexto da América Latina do final da década de 1980, ressalta que, apesar dessas contribuições, não houve avanços significativos em relação à questão racial dentro do movimento, e vai além, questiona quais seriam as razões para esse esquecimento. Identifica que isso corre por causa do *sistema patriarcal-racista*, que permite que as mulheres não brancas, no caso as *amefricanas* e *ameríndias* sejam definidas a partir da visão de mundo eurocêntrica e neocolonialista. Em outras palavras, Gonzalez diz que as mulheres não brancas são silenciadas pelo feminismo pois não são os sujeitos do próprio discurso, logo essa dimensão racial não é encarada como urgente e nem necessária, já que simplesmente não define e nem compreende as sujeitas dominantes no discurso e na epistemologia feminista. Gonzalez é vanguardista no Brasil e dentro do próprio feminismo negro ao lançar essas discussões que são base para o que se compreende hoje como pensamento feminista negro.

Davis (2018) ajuda a compreender do que se trata o pensamento feminista negro:

O feminismo negro emergiu como um esforço teórico e prático de demonstrar que raça, gênero e classe são inseparáveis nos contextos sociais em que vivemos. Na época do seu surgimento, com frequência pedia-se às mulheres negras que escolhessem o que era mais importante, o movimento negro ou o movimento de mulheres. A resposta era que a questão estava errada. O mais adequado seria como compreender as intersecções e as interconexões entre os dois movimentos (DAVIS, 2018, p. 21).

Pelo trecho é possível ver que desde sempre as feministas negras tinham a preocupação em discutir marcadores sociais estruturais como a raça, a classe e o gênero de forma conexas, interligada, inter cruzada. Inclusive, no seu livro “Mulheres, Raça e Classe”, a autora utiliza o exemplo de Sojourner Truth<sup>19</sup> e de seu famoso discurso proferido em 1851 “*E eu não sou uma mulher?*”<sup>20</sup> para reforçar que já naquela época as mulheres negras lutavam pela liberdade da

<sup>19</sup> Sojourner Truth foi o nome adotado, a partir de 1843, por Isabella Baumfree, uma abolicionista afro-americana e ativista dos direitos da mulher. Truth nasceu no cativeiro em Swartekill, Nova York. Seu discurso mais conhecido, “Não sou uma mulher?”, foi pronunciado em 1851, na Convenção dos Direitos da Mulher em Akron, Ohio

Fonte: Sojourner Truth. Portal Geledés. 23/05/2009. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/sojourner-truth/>. Acesso em: 02 de fev de 2023.

<sup>20</sup> Em seu discurso Sojourner Truth exigia direitos humanos iguais para todas as mulheres. Ela também falou como uma ex-mulher escravizada, combinando apelos ao abolicionismo com os direitos das mulheres e valendo-se de sua força como trabalhadora para fazer suas reivindicações por direitos iguais. Esse discurso pode ser lido no GELEDES. Sojourner Truth. Tradução do discurso por Osmundo Pinho. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/e-nao-sou-uma-mulher-sojourner-truth/>. Acessado em: 02 de fev de 2023.

dominação/opressão racista e sexista, questionavam o papel da mulher negra na sociedade a partir desses marcadores sociais.

Gonzalez (2020, p. 47), em seu texto “Por um feminismo afro-latino-americano” problematiza o papel das mulheres não brancas e a invisibilidade que lhes é destinada. Segundo a autora, “para nós, *amefricanas* do Brasil e de outros países da região – assim como para as *ameríndias* –, a conscientização da opressão ocorre, antes de qualquer coisa, pelo racial”. Assim como Davis (2018), Gonzalez (2020) compreende que o legado da escravidão têm impacto direto nas condições reais de vida das mulheres negras, tanto pelo aspecto da exploração socioeconômica, em face dos trabalhos precários; quanto pela *superexploração* sexual das mulheres *amefricanas*.

Segundo Raewyn Connell e Rebecca Pearse<sup>21</sup>, (2015, p. 176), “as estruturas do gênero estão entrelaçadas com outras estruturas sociais. Liana Maria Ibiapina do Monte, Paulo de Tarso Xavier Sousa Júnior e Elaine Ferreira do Nascimento<sup>22</sup> (2021), advogam que a raça é atravessada por aspectos estruturais que contribuem para as questões das desigualdade de classe e gênero. No bojo das atuais demandas dos feminismos, bem como da sua própria organização, entender a necessidade de um debate plural e diversificado é essencial, e sucinta a necessidade de discussão de outras questões, ou melhor, da articulação entre outras questões, como a raça, a classe, gênero e sexualidade.

Ao considerar-se que o feminismo corresponde a movimentos sociais heterogêneos, atravessados por diferentes perspectivas teórica, a *interseccionalidade* é um conceito com

---

Para mais informações sobre Sojourner Truth, recomenda-se o texto *A potência de Sojourner Truth*, da Angela Davis, publicado no blog da editora Boitempo. DAVIS, Angela. A potência de Sojourner Truth. Blog Boitempo. Publicado em 26/11/2018. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2018/11/26/angela-davis-a-potencia-de-sojourner-truth/>. Acesso em: 02 de fev. de 2023.

<sup>21</sup> Raewyn Connell é uma socióloga transexual australiana, consagrada internacionalmente por suas pesquisas e teorizações nos campos de gênero e sexualidades, especialmente por seus estudos sobre masculinidades. Rebecca Pearse é pesquisadora associada na Universidade de Sydney, onde tem estudado as dinâmicas globais da produção de conhecimento nos campos de pesquisa sobre mudanças climáticas, HIV/AIDS e relações de gênero. Ambas são autoras do livro *Gênero: uma perspectiva global*, que analisam o impacto da ordem de gênero, do âmbito pessoal ao global, a partir da discussão de pesquisas e teorias sobre gênero, com ênfase na política. Vide: CONNELL, Raewyn; PEARSE, Rebecca. *Gênero: uma perspectiva global*. Moschkovich, Marília. São Paulo: nVersos, 2015. Fonte: PROCÓPIO, Adélia de Souza. A política de gênero, do pessoal ao global. Resenhas, Rev. Estud. Fem. 24 (3), Sep-Dec 2016. Disponível: <https://www.scielo.br/j/ref/a/SsRqSNwCFhnyCmxdqdQ7LVb/?lang=pt>. Acesso: 02 de fev de 2023.

<sup>22</sup> Liana Maria Ibiapina do Monte é doutora em Ciências da Educação, servidora Fundação Oswaldo Cruz, Fiocruz Piauí; Paulo de Tarso Xavier Sousa Junior é Mestrando em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Maria; Elaine Ferreira do Nascimento é Doutora em Ciências pelo Instituto Fernandes Figueira/Fundação Oswaldo Cruz (2007). Professora do Programa de Pós Graduação em Políticas Públicas – PPGPP/UFPI, servidora da Fundação Oswaldo Cruz, Fiocruz Piauí; ambos são autores do artigo *Saúde mental na escola: reflexões do período pré e Transpandêmico da covid-19*, que pode ser acessado em: MONTE, Liana Maria Ibiapina do; SOUSA JR., Paulo de Tarso Xavier; NASCIMENTO, Elaine Ferreira do. *Saúde mental na escola: reflexões do período pré e Transpandêmico da covid-19*. Revista de Extensão da UNIVASF, Petrolina, v. 1, n. 3, p. 87-102, 2021. Disponível em: <file:///C:/Users/naina/Downloads/9.1735.pdf>. Acesso em: 02 de fev de 2023.

significativa relevância para a compreensão das mobilizações e dos movimentos das mulheres atualmente, por permitir uma análise simultânea das diferentes formas de opressão, uma vez que são indissociáveis, como afirma Carla Akotirene<sup>23</sup> (2019). Apesar disso, Collins (2019, p.8) assevera ser um equívoco imputar o surgimento desse conceito apenas às mulheres negras, uma vez que junto a elas, encontravam-se igualmente envolvidas outros grupos de mulheres, como as latinas, as indígenas e as asiáticas, nesse movimento reivindicatório de “inter-relação de raça, classe, gênero e sexualidade em sua experiência cotidiana”.

Nesse sentido, embora o conceito de *interseccionalidade* enquanto ferramenta de análise tenha sido um termo cunhado por Crenshaw no final dos anos de 1980 e início dos anos 1990, a preocupação em entrecruzar raça, classe e gênero, deu-se bem antes (HENNING, 2015; KYRILLOS, 2020). Compreender a articulação entre a exploração/dominação masculina com outras formas de opressão que atingem as mulheres, perpassa a obra de autoras como as norte-americanas hooks, Davis, Collins e a brasileira Gonzalez, isso ainda nas décadas de 1970 e 1980, onde já se encontravam em seus escritos a formulação de um pensamento crítico no que diz respeito ao intercruzamento de diferenças sociais (LIMA; PINEZI, 2019), ao entenderem a necessidade de se fazer um debate plural, pois as discussões de gênero orbitavam em torno de uma teoria feminista global, e de inexistência de clivagens sociais como a raça e a classe.

Segundo hooks (2017), o movimento feminista não avançava pelo fato do debate ser centralizado em uma experiência global feminina, que colocava mulheres brancas no centro, e estas demonstravam pouca receptividade em discutir questões como a raça e a classe, e mesmo que se propusessem a discutir sempre era do ponto de vista das mulheres brancas acerca de racismo e de classe, “as brancas ignoram a relativa ausência das vozes de mulheres negras, quer na construção de uma nova teoria feminista, quer nas reuniões e encontros feministas” (HOOKS, 2017, p.141). É compreendendo esse silenciamento e a necessidade em se construir uma teoria feminista que fosse mais inclusiva, ou melhor representativa, que o movimento feminista negro nos Estados Unidos vai discutir e propor um pensamento mais crítico, no sentido de refletir sobre as clivagens sociais que traduzem as desigualdades das mulheres negras, as colocando na produção desse pensamento ao questionar o seu papel.

Seguindo essa linha de pensamento, Davis (2018, p.17) adotou uma postura radical, mas necessária, ao insistir em uma teoria feminista que considere a pluralidade de mulheres a partir

---

<sup>23</sup> Carla Akotirene, nascida Carla Adriana da Silva Santos, é uma militante, pesquisadora, autora e colunista no tema feminismo negro no Brasil. Frequentemente citada pela sua investigação sobre *interseccionalidade*. Fonte: CARLA AKOTIRENE. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2022. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Carla\\_Akotirene&oldid=6464300](https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Carla_Akotirene&oldid=6464300). Acesso em: 02 de fev de 2023.

do papel do capitalismo para uma sociedade patriarcal, racista e classista. Em suas palavras, “essas são algumas das questões que devem ser incluídas na luta geral pelos direitos das mulheres, caso exista um compromisso sério com o empoderamento daquelas mulheres que têm sido historicamente submetidas à invisibilidade”.

No Brasil, como já foi dito, Gonzalez tem grande importância para a análise do feminismo negro, muito embora sejam nomes de intelectuais mais jovens que ocupem o debate. Como bem advoga Cidinha da Silva<sup>24</sup> (2018, p. 253), “existe uma percepção equivocada de que a roda foi inventada agora”, mas Lélia Gonzalez foi quem lançou as bases para esse debate no Brasil:

Já no final dos anos de 1970, Lélia, articulando questões ligadas à opressão de gênero, raça e classe, alertava sobre a *interseccionalidade* (sem usar a expressão) das violências sofridas por nós. O fato de a produção teórica de Lélia ter sido realizada antes do advento da internet, que facilitou a popularização dos discursos feministas e das feministas em si, fez com que seu pensamento não tivesse todo o alcance que merecia (SILVA, 2018, p. 254).

De maneira semelhante, Gonzalez discute aquela perspectiva ao relacionar opressão e processo de colonização, e os resvalos disto na exploração de mulheres negras no trabalho doméstico. Apesar da relação mulher e capitalismo, Gonzalez e Hasenbalg<sup>25</sup> (1982, p.89) assinalaram que “a raça, como atributo social e historicamente elaborado, continua a funcionar na distribuição de pessoas na hierarquia social”.

É a partir dessas contribuições teóricas que Crenshaw (2002) teceu o conceito de *interseccionalidade*, pois entendeu que a manutenção de desigualdades relacionadas à raça, à classe e ao gênero são frutos da interação desses marcadores sociais, do intercruzamento entre eles, e, portanto, essa é uma ferramenta que permite a análise simultânea dessas diferentes desigualdades. Para essa autora, a *interseccionalidade*

---

<sup>24</sup> Cidinha da Silva é uma escritora que recebeu o Prêmio da Biblioteca Nacional (contos, 2019). Em *Explosão Feminista* (ensaio), do qual é coautora, foi finalista do Jabuti (2019), e recebeu o Prêmio Rio Literatura 4ª edição (2019).

Fonte: Cidinha da Silva. Dados biográficos. Literafro. Belo Horizonte – MG, dez/22. Disponível em: <http://www.letras.ufmg.br/literafro/autoras/186-cidinha-da-silva>. Acesso em: 02 de fev de 2023.

<sup>25</sup> Carlos Hasenbalg foi um sociólogo argentino, um dos grandes nomes das ciências sociais brasileiras contemporâneas, responsável pela consolidação dos estudos sociológicos sobre racismo, desigualdades raciais e política racial no Brasil moderno.

Fonte: CARLOS HASENBALG. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2021. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Carlos\\_Hasenbalg&oldid=61295921](https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Carlos_Hasenbalg&oldid=61295921). Acesso em: 02 de fev de 2023.

Publicou em coautoria com Lélia Gonzalez o livro *Lugar de Negro*.

é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras (CRENSHAW, 2002, p. 177).

Nesse aspecto, a partir deste conceito é possível refletir sobre as diferentes formas de opressão/dominação de maneira simultânea e inter cruzada, e, de certa forma, analisar as diferenças dentro das próprias diferenças.

Partindo dessa compreensão analítica, percebe-se o quanto a mesma tem ganhado bastante espaço nas discussões feministas e nos trabalhos acadêmicos que têm sido realizados no Brasil. Segundo Adriana Gracia Piscitelli<sup>26</sup> (2008, p.266), esse conceito oferece para os feminismos contemporâneos “ferramentas analíticas para apreender a articulação de múltiplas diferenças e desigualdades”. Dentro dessa perspectiva, Helena Hirata<sup>27</sup> (2014, p.62) menciona que a concepção da *interseccionalidade* cunhada por Crenshaw “focaliza sobretudo as intersecções da raça e do gênero, abordando parcial ou periféricamente classe ou sexualidade”.

Hirata (2014), ao comparar o conceito de *interseccionalidade* com o de consubstancialidade de Danièle Kergoat<sup>28</sup>, entende que embora ambos partam da ideia de inter cruzamento, Crenshaw parte da “intersecção entre sexo e raça, enquanto a de Kergoat é entre sexo e classe” (HIRATA, 2014, p. 63), mas ambas as autoras assinalam não existir uma hierarquia das formas de opressão. Kergoat (2010) inclusive critica a categoria analítica cunhada por Crenshaw por entender que a perspectiva interseccional privilegia o gênero e a raça em relação à classe social, e, portanto, compreende que as relações sociais nessa perspectiva são colocadas em posições fixas, quando sua realidade é de variáveis, em que se

---

<sup>26</sup> Adriana Gracia Piscitelli é doutora em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas, atua principalmente nos seguintes temas: gênero, memória, parentesco, sexualidade e teoria feminista. Fonte: Adriana Gracia Piscitelli. Biblioteca virtual da Fapesp. Disponível em: <https://bv.fapesp.br/pt/pesquisador/3721/adriana-gracia-piscitelli/>. Acesso em: 02 de fev de 2023.

<sup>27</sup> Helena Hirata é socióloga, diretora de pesquisa emérita no Centro Nacional de Pesquisa Científica (CNRS) da França e pesquisadora colaboradora do Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo. Autora de diversas obras, pela Boitempo publicou Nova divisão sexual do trabalho? Um olhar voltado para a empresa e a sociedade (2002) e Gênero e trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais, com Alice Rangel de Paiva Abreu e Maria Rosa Lombardi (2016). Fonte: Helena Hirata. Autores. Boitempo. Disponível em: <https://www.boitempoeditorial.com.br/autor/helena-hirata-33>. Acesso em: 02 de fev de 2023.

<sup>28</sup> Danièle Kergoat é uma socióloga acadêmica e feminista francesa. Sua pesquisa enfoca gênero e relações sociais de sexo, trabalho, movimentos sociais, poder de agir. Fonte: Daniele Kergoat. Na Wikipedia, a enciclopédia livre. Disponível em: [https://en.wikipedia.org/w/index.php?title=Dani%C3%A8le\\_Kergoat&oldid=1115227350](https://en.wikipedia.org/w/index.php?title=Dani%C3%A8le_Kergoat&oldid=1115227350). Acesso em: 02 de fev de 2023.

pode incluir “outras relações sociais, como a de sexualidade” (HIRATA, 2014, p. 66). Certamente a raça possui destaque na concepção de Crenshaw, por compreender que a violência atinge de maneira diferenciada as mulheres brancas e as mulheres negras, como na questão do racismo.

Conforme assinalado, Crenshaw (2002) propõe com a *interseccionalidade* uma teoria que compreenda as diferentes violências que acometem as mulheres, a partir de uma análise voltada para as diferentes opressões sofridas por elas, e que de alguma forma estão interligadas. Dessa forma, ao compreender que a opressão e discriminação não são estabelecidas apenas pelas diferenças de gênero, segundo Piscitelli (2008, p.272), esse conceito proporciona ferramentas analíticas capazes de compreender “as distribuições diferenciadas de poder que situam as mulheres em posições desiguais”.

Collins (2019), ressalta a existência de uma extensa e rica tradição de um pensamento feminista negro que vem sendo produzido e reproduzido sobretudo de forma oral por mulheres comuns que no seu cotidiano, enquanto mães, professoras, tem contribuído para sua expansão e para o questionamento acerca da hegemonia branca no pensamento e na epistemologia feminista, assim como do silenciamento que as mulheres negras sofriam por parte desse movimento ao centrarem as discussões a partir e da categoria mulher.

Portanto, ao permitir uma abertura para um debate que considere outros marcadores sociais de desigualdade além do gênero, tem ganhado destaque no Brasil, e permite uma abertura analítica que contemple a pluralidade de feminismos, como o feminismo negro, o feminismo indígena, o feminismo lésbico e o feminismo trans. No entanto, Gabriela Moraes Kyrillos<sup>29</sup> (2020) ressalta que dada a importância de Crenshaw ter cunhado o conceito de *interseccionalidade*, e este ser uma poderosa ferramenta de análise, não se pode desconsiderar que esse termo para além do campo acadêmico, que é atravessado por lutas e contribuições teóricas que lhes são anteriores. Assim, nomear e elaborar um conceito analítico é importante, mas não se deve reforçar o apagamento de contribuições teóricas e práticas anteriores.

---

<sup>29</sup> Gabriela de Moraes Kyrillos é professora Adjunta dos Cursos de Relações Internacionais e Comércio Exterior da Universidade Federal do Rio Grande (FURG), Campus Santa Vitória do Palmar (RS). Tem desenvolvido pesquisas que versam sobre Gênero, Feminismos, Interseccionalidade, Teoria Interseccional, Decolonialidade, Política Externa e Direitos Humanos.  
Fonte: Gabriela de Moraes Kyrillos. Escavador. Disponível: <https://www.escavador.com/sobre/6429157/gabriela-de-moraes-kyrillos>. Acesso em: 02 de fev de 2023.